

Assentamentos rurais no Brasil: Políticas agrárias e suas implicações

Rural settlements in Brazil: Agrarian policies and their implications

Asentamientos rurales en Brasil: Políticas agrarias y sus implicaciones

Recebido: 09/03/2024 | Revisado: 21/03/2024 | Aceitado: 23/03/2024 | Publicado: 26/03/2024

Odemir Coelho da Costa

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6315-0522>

Universidade Anhanguera Uniderp, Brazil

E-mail: cabelojeeep75@gmail.com

Resumo

Este artigo tem como objeto os assentamentos rurais no Brasil. Objetiva analisar os modelos de assentamentos rurais, de acordo com dados do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Questiona as implicações para os assentados das políticas agrárias no país. Apresenta como hipótese, que a organização dos assentamentos deva ser pautada na efetivação de práticas coletivas que promovam a união, o fortalecimento e o desenvolvimento social do grupo. A metodologia empregada neste estudo foi de caráter qualitativa, reflexivo com foco teórico-social e exploratória, enfocando o desenvolvimento regional políticas públicas e trabalho. Apoiou-se em fontes secundárias. Para a sistematização dos dados a pesquisa foi dividida em três etapas: pré-análise dos dados; estudo do material; posterior tratamento dos resultados, inferência e interpretação. Serve-se da ciência da história enquanto método para apreender os fatos em sua totalidade a partir da contradição entre as forças produtivas e as relações de produção. Os resultados evidenciam que no modelo de organização coletiva uma vez assentadas, as famílias lutam e trabalham em conjunto para alcançar uma produção diversificada de alimentação, restaurar o equilíbrio do meio ambiente, bem como a restituição e proteção dos direitos sociais e econômicos de todos os trabalhadores rurais. Conclui que essa organização coletiva ao mesmo tempo em que permite a resolução de problemas internos constrói respostas eficazes aos desafios externos ao assentamento.

Palavras-chave: Ambiente; Reforma agrária; Propriedade; Relações sociais.

Abstract

This article focuses on rural settlements in Brazil. It aims to analyze the models of rural settlements, according to data from the National Institute for Colonization and Agrarian Reform. It questions the implications of the country's agrarian policies for the settlers. Its hypothesis is that the organization of settlements should be based on the implementation of collective practices that promote the union, strengthening and social development of the group. The methodology used in this study was qualitative, reflective with a theoretical-social and exploratory focus, focusing on regional development, public policies and work. It relied on secondary sources. In order to systematize the data, the research was divided into three stages: pre-analysis of the data; study of the material; subsequent treatment of the results, inference and interpretation. It uses the science of history as a method for grasping facts in their entirety, based on the contradiction between productive forces and relations of production. The results show that in the collective organization model, once settled, the families fight and work together to achieve diversified food production, restore the balance of the environment, as well as the restitution and protection of the social and economic rights of all rural workers. He concludes that this collective organization, while enabling the resolution of internal problems, builds effective responses to external challenges.

Keywords: Environment; Land reform; Property; Social relationships.

Resumen

El tema de este artículo son los asentamientos rurales en Brasil. Pretende analizar los modelos de asentamiento rural según los datos del Instituto Nacional de Colonización y Reforma Agraria. Cuestiona las implicaciones de las políticas agrarias del país para los asentados. Su hipótesis es que la organización de los asentamientos debe basarse en la implementación de prácticas colectivas que promuevan la unidad, el fortalecimiento y el desarrollo social del grupo. La metodología utilizada en este estudio fue cualitativa, reflexiva con enfoque teórico-social y exploratoria, centrada en el desarrollo regional, las políticas públicas y el trabajo. Se apoyó en fuentes secundarias. Para sistematizar los datos, la investigación se dividió en tres etapas: preanálisis de los datos; estudio del material; posterior tratamiento de los resultados, inferencia e interpretación. Utiliza la ciencia de la historia como método para captar los hechos en su totalidad, basándose en la contradicción entre las fuerzas productivas y las relaciones de producción. Los resultados muestran que, en el modelo de organización colectiva, una vez asentadas, las familias luchan y trabajan juntas para lograr una producción diversificada de alimentos, restablecer el equilibrio del medio ambiente, así como la restitución

y protección de los derechos sociales y económicos de todos los trabajadores rurales. Concluye que esta organización colectiva, al tiempo que permite resolver los problemas internos, construye respuestas eficaces a los desafíos externos. **Palabras clave:** Ambiente; Reforma agraria; Propiedad; Relaciones sociales.

1. Introdução

No percurso da história, a sociedade se organiza em função da utilização da terra, sobretudo quando se trata de garantir sua sobrevivência. Os integrantes da sociedade se apropriam dos materiais da natureza por meio do trabalho. É nesta troca socioecológica que se dá o processo de transformação do meio ambiente e, simultaneamente, da própria natureza humana (Marx, 2013).

Tendo em vista a relevância da terra e o desenvolvimento de técnicas otimizadas de exploração, torna-se possível estabelecer a propriedade e a disponibilidade do domínio territorial. Entretanto, a despeito das controvérsias que suscita em face de sua natureza, a reforma agrária no Brasil é um tema presente na pauta política do governo, sempre que emergem manifestações e mobilizações encetadas pelos diferentes movimentos camponeses, notadamente dos trabalhadores rurais sem terra. Não obstante ser considerada uma política pública de responsabilidade do Estado, sua ação não tem se mostrado propositiva até o presente momento, configurando-se a partir da pressão dos movimentos sociais de luta pela consecução de terras sobre o Poder Executivo.

A par de algumas incursões na desapropriação de terras improdutivas e da criação e implementação de milhares de assentamentos rurais, o feito até agora alcançado pelos sucessivos governos, desde o período de redemocratização do Brasil, ainda é insuficiente para alterar o *status quo* do regime de posse e uso da terra, cuja conformação fundiária continua a ser identificada com uma das mais concentradas do mundo.

Há verdadeiramente, o reconhecimento de que nas últimas décadas, a redistribuição de terras e as ações pontuais nos assentamentos de famílias de trabalhadores sem-terra, ocorreram em zonas de conflito fundiário ou em áreas com processos de decadência econômica ou de reestruturação produtiva.

Tornou-se senso comum afirmar que no caso da redistribuição de terras no Brasil o Estado caminha a reboque dos movimentos sociais. As críticas mais contundentes dão conta de que o poder público trata a questão do agronegócio brasileiro e da realização da reforma agrária, a partir de políticas conjunturais, pautadas no grau de conflituosidade e de mobilização dos trabalhadores sem-terra organizados em suas entidades.

No âmbito dos movimentos sociais de luta pela terra, a política de assentamento do Governo Federal, sob a coordenação do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), não tem sido considerado um processo amplo e efetivo de reforma agrária, em razão do baixo efeito produzido na alteração do regime da propriedade da terra.

Relacionados a este objeto estão conceitos e acontecimentos que, através de décadas de lutas sociais que marcaram a vida dos camponeses na “luta” pela Reforma Agrária no Brasil. A própria questão social e suas especificidades precisam ser compreendidas e explicadas, tendo como foco central a sua genealogia. Entretanto, a origem de um fenômeno social, como é o caso das Políticas Agrárias.

A hipótese deste artigo científico é de que os problemas sociais que assolam os trabalhadores camponeses, neste caso, os trabalhadores dos assentamentos rurais, constituem uma constelação de diversos fatores com uma estrutura social historicamente construída, as formas culturais também produzidas ao longo dos anos, as idiosincrasias das famílias assentadas rurais que não podem jamais ser ignoradas, e a dinâmica contemporânea das relações de poder e o Estado, que estão presentes nos assentamentos rurais onde interesses de grandes latifúndios associados com a política pelos mesmos que constituem parte fundamental da constelação de causalidade de diversos percalços relacionados a políticas sociais.

Mediante a contextualização exposta anteriormente, o estudo faz a seguinte indagação norteadora: até que ponto o planejamento socioeconômico, baseado em uma atuação efetiva do Estado tem potencial de estabelecer o desenvolvimento, de

fato, das comunidades rurais locais, no que concerne o sucesso socioeconômico?

Diante do exposto, o presente estudo tem como objetivo discutir as políticas agrárias e suas implicações nos assentamentos rurais. Ademais, justifica-se em decorrência da relevância da propriedade da terra para a subsistência da sociedade.

2. Metodologia

O arcabouço metodológico deste trabalho tem um caráter reflexivo com foco teórico-social fundamentada em exegese de textos de importantes autores, como Marx (2013) e Engels (2008), os quais tratam sobre a teoria social. A pesquisa foi de caráter qualitativa, com base em consultas em dados secundários, além de análises bibliográficas, do tipo exploratória. A escolha das bibliografias teve como critério a importância dos textos e dos autores. Por importância, entende-se aqui o grau em que os autores e os textos estão inseridos no debate dentro das políticas do estado voltado ao âmbito social.

A condução da pesquisa qualitativa é entendida como o planejamento e execução de um conjunto de atividades com procedimentos cientificamente aplicados, com efeitos programados, tais como: resultados importantes para responder as questões de pesquisa, análise de informações e dados coletados através de entrevistas, verificação das hipóteses levantadas no decorrer da pesquisa, do referencial teórico e do estado da arte; efeitos das ações do plano estratégico observadas no ambiente social de intervenção, resultados da intervenção, elaboração de produto e entrega (Prodanov & Freitas, 2013). Ainda sobre a pesquisa qualitativa, Prodanov e Freitas (2013) destacaram também que esse método está inserido em uma categoria de pesquisa, cujo objeto é o estudo aprofundado de uma unidade, que pode ser um tema, um grupo de pessoas, uma comunidade, que requer requisitos básicos para atingir tais objetivos, incluindo seriedade, objetividade, originalidade e contribuição científica sobre o contexto estudado.

A revisão bibliográfica, do tipo exploratória, consiste na elaboração de ampla análise de uma revisão de dados documentais publicadas em revistas indexadas, livros, dissertações e teses, promovendo discussões sobre resultados de pesquisas, bem como reflexões científicas do contexto em questão, neste sentido Galvão et al. (2010, p. 26) salientaram que: “a proposta da revisão bibliográfica está baseada na reunião e sintetização das evidências científicas disponíveis na literatura”

O estudo buscou aporte teórico nas obras de Marx (2013). Assume uma abordagem interdisciplinar e está alicerçado nas categorias ambiente, desenvolvimento regional políticas públicas e trabalho. Colocando-se no campo da ciência da história quanto ao delineamento metodológico, analisa os fatos em sua totalidade a partir de aspectos materiais e da contradição entre as forças produtivas e as relações de produção (Marx & Engels, 2008).

O conjunto de fontes empíricas constitui-se por documentos oficiais, enquanto fontes primárias. As fontes secundárias foram buscadas em periódicos científicos, dissertações, teses e informações disponibilizadas no site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária e do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente. A interpretação dos dados se deu à luz da Análise do Discurso.

Esta pesquisa fez uso de duas etapas principais: uma análise do objeto sob o ponto de vista teórico, onde se coletou referências no campo das ciências sociais acerca de temas como assentamentos, políticas agrárias, assentamentos individuais e coletivos, relação entre o Estado e as lutas sociais por reforma agrária e conquistas.

O método para a coleta dos dados foi dividido em três etapas, como forma de sistematizar o processo do desenvolvimento da pesquisa, e com isso tornar mais enfática o objetivo proposto do conteúdo estudado, por isso, o procedimento de coleta de dados secundários foi procedido primeiro pela coleta das bibliografias utilizando as seguintes bases de dados: *Scientific Electronic Library Online (SCIELO)*, Google Acadêmico, Ebsco, além da Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES. Em segundo momento, foram selecionadas as fontes secundárias disponíveis nas plataformas digitais do Instituto Nacional de colonização e Reforma Agrária (INCRA), do Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso (IMASUL).

Durante o desenvolvimento do estudo, o tipo metodológico exploratório foi determinante para analisar os fenômenos associados com as políticas sociais agrárias da agricultura familiar no Brasil. A escolha desta temática partiu do pressuposto de que para entender qualquer fenômeno social não basta a abordagem sincrônica, sendo que esta tem o defeito de reduzir a complexidade da realidade, além de não explicar, sozinha com o uso do método comparativo a-histórico, a causa de fenômenos sociais. Neste sentido, a análise da problemática do estudo utilizou abordagem diacrônica, posto que os fenômenos sociais, no bojo das questões agrárias populares, só podem ser compreendidos e explicados e travando a genealogia de todos os fatos e encadeamentos relacionados com o próprio fato.

Por último, foi realizada análises dos dados coletados utilizando o método de análise de conteúdo sugerida por Bardin (2009), que consiste em um conjunto de técnicas de análise das informações científicas, fazendo-se uso de procedimentos sistemáticos, objetivando a descrição do conteúdo das mensagens, de maneira a não se perder do objeto da análise, além de transcender as indefinições e descobrir o que é questionado.

3. Resultados e Discussão

3.1 Assentamentos rurais: Entre o real e o ideal

Os assentamentos rurais são compostos por vias da desapropriação de latifúndios improdutivos, realizando-se a emissão da posse da terra pelo INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), órgão governamental responsável pela construção e implementação da política fundiária brasileira. Desta forma, a criação de um assentamento se dá no momento no qual o INCRA promove a transferência da propriedade da terra aos trabalhadores rurais, com vistas a possibilitar o cultivo da área.

Os assentamentos estão divididos em dois grupos. No primeiro grupo se enquadram os projetos de assentamento criados por meio de obtenção de terras pelo INCRA, na forma tradicional. Já o segundo grupo abrange os projetos de assentamentos reconhecidos pelo INCRA, criados por outras instituições governamentais para acesso às políticas públicas do Programa Nacional de Reforma Agrária.

Depreende-se pelo exposto, que nos assentamentos as atividades econômicas estão associadas às características próprias de cada região, de maneira que sua natureza comum é a agropecuária. Não há uma estrutura formalizada de administração nos assentamentos, de forma que as famílias promovem sua realização de acordo com os impasses que surgem, apresentando-se a resolução por vias dos setores, que são unidades destinadas ao atendimento específico (Incra, 2018).

Diante das proporções registradas pela agricultura familiar, o fortalecimento do trabalhador rural por meio dos sindicatos, demonstra sua importância para a produção alimentícia brasileira e contribui para a fixação do homem do campo em seu ambiente de modo a suprimir as consequências do êxodo rural. Neste contexto, a agricultura familiar é um formato social de produção milenar, com a família como entidade intrínseca à sua existência (Pascoal et al., 2008).

A respeito da relação entre políticas públicas e juventude rural, Abramo (1997) afirma que, no Brasil não há tradição de destinação dessas políticas, exceto as voltadas para o ensino formal, ao passo que, em países desenvolvidos, tais políticas são ofertadas. Na América Latina, desde a década de 1980, surgiram iniciativas de cooperação, disponibilização de capacitação técnica e debates políticos para a juventude, entretanto, o Brasil não se inseriu nesse contexto.

A luta por uma melhor distribuição de terras e por políticas públicas destinadas a melhorar a qualidade de vida das famílias camponesas, do modo como relatado por Barbosa (2023), é em grande parte inerente aos grupos mais vulneráveis do país. Portanto, devido à falta de poder e de representação pessoal que muitas vezes dificulta a capacidade de ação destas pessoas, tem havido historicamente uma necessidade de organização, conhecida como movimentos sociais, para intensificar a luta e chamar a atenção para o problema. Logo, conforme mencionado anteriormente, no contexto desta vulnerabilidade, aliada ao descaso histórico do governo, levou à criação de movimentos sociais, sendo o maior deles o Movimento Social dos

Trabalhadores Sem Terra (MST), que no país é amplamente conhecido fora do país, as suas ações tiveram e continuam a ter resultados mistos, são frequentemente controversas porque a sua existência não foi reprimida, são frequentemente controversas e nem sempre são protegidas por lei.

Para a prevenção da violência e a contenção do desemprego, sugeria-se a ressocialização e a educação escolar dos jovens, associadas à capacitação laboral e à inserção em programas de inserção social, ocasionando o surgimento de projetos sociais, os quais visavam a promoção da atenção à juventude excluída socialmente (Novaes, 2012).

O empoderamento comunitário, no âmbito rural, é alusivo ao atendimento de grupos de pessoas não favorecidas socialmente. Almeja a inserção destes indivíduos na comunidade, para que lhes sejam disponibilizados direitos comuns aos cidadãos, proporcionando-lhe condições dignas de sobrevivência e agindo a comunidade no sentido de exigir do Estado a concessão dos direitos civis e sociais que são disponibilizados à sociedade em geral. No entanto, como registra Baquero (2006, p.10), “estratégias de empoderamento da comunidade supõem, entre outras iniciativas, a educação para a cidadania, a socialização e problematização de informações, o envolvimento na tomada de decisões dentro de um processo de diagnóstico, o planejamento e a execução de projetos e iniciativas sociais”.

Neste contexto, faz-se indispensável a participação da comunidade, no sentido de perceber, discutir e cobrar ações políticas que exerçam influência sobre a sua qualidade de vida. A comunidade deve ter voz ativa, para que a elite dominante não a submeta, renegando seus direitos e sua relevância social, o que significa a perpetuação do tratamento virulento dispensado aos jovens das comunidades pobres e passivas politicamente.

O emprego da juventude e da comunidade nos movimentos de origem social é fator gerador de empoderamento, alterando-se, segundo Campos (2014), as relações entre os indivíduos e os entes sociais; portanto, vislumbra-se a ocorrência de condutas cooperativas, como meio de atingir políticas públicas cabíveis e demandadas pela sociedade.

Assentamento Lagoa Grande, Dourados-MS

O assentamento rural Lagoa Grande é um projeto de assentamento federal, criado por meio da portaria INCRA nº 52 de 06/11/1997 após a desapropriação do imóvel rural Quinhão nº 2. Está localizado a cinco quilômetros do Distrito de Itahum, em Dourados/MS, com 151 lotes distribuídos em 4.070,7679ha, apresenta relevo plano, banhado pelo Córrego Capão Alto e vegetação predominante do Cerrado (Daniel, 2008).

As atividades do assentamento são a criação de gado leiteiro, gado de corte, lavoura de soja/milho, lavoura de mandioca e o cultivo de eucalipto. O complemento de renda é feito pela venda de novilhos, frangos, porcos, produtos laticínios, doces e artesanato. Essas atividades, inicialmente, eram voltadas para o consumo próprio. Posteriormente houve a necessidade de converter os sistemas de produção como forma de geração de renda (Bittencourt, 2008).

De acordo com Menegat (2009), o solo do assentamento é improdutivo, sendo necessário o alto investimento para sua correção, além de maquinário e variedades de pastagens, sendo que o solo improdutivo é uma questão de destaque no Mato Grosso do Sul. Além disso, as políticas públicas voltadas para a agricultura familiar não são muito divulgadas, sendo que uma porcentagem muito baixa dos assentados participaram de programas como PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar) e do PAA (Programa de Aquisição de Alimentos). Outra dificuldade apontada é a pífia assistência técnica por parte do governo pois possui renda inferior a um salário-mínimo.

3.2 Assentamento Itamarati – Ponta Porã/MS

Implantado em 2002 no município de Ponta Porã, (MS), o assentamento Itamarati, possui uma área de 25.100ha e cerca de 1,143 famílias. Faz limite com as cidades de Maracaju, Dourados, Laguna Carapã, Aral Moreira, República do Paraguai, Antônio João, Bela Vista, Jardim e Guia Lopes da Laguna.

Com aproximadamente 5.966 propriedades rurais, cerca de 56,5% possuem área inferior a 100 hectares. O

assentamento se caracteriza como apto para a produção agrícola, ainda que possua baixa fertilidade natural (Urchei et. al, 2000).

Foi constituído a partir da distribuição de lotes, de forma a contemplar trabalhadores ligados a quatro movimentos sociais distintos: Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Federação dos Trabalhadores na Agricultura (FETAGRI), Central Única de Trabalhadores Rurais (CUT - Rural), Federação da Agricultura Familiar (FAF) e Associação dos Ex-Funcionários e Moradores da Fazenda Itamarati (AMFFI). A divisão dos lotes foi realizada a partir do sistema sócio proprietário, onde parte é destinada à produção individualizada, principalmente para fins de subsistência e uma segunda parte é utilizada de forma coletiva (Andrade et al, 2010).

O assentamento Itamarati pode ser considerado como resultante da política de modernização da agricultura brasileira, onde a expansão da produção com base no intenso uso de tecnologia e a adoção de processos de gestão assemelhados à lógica da produção industrial em larga escala se tornaram determinantes à consolidação dessa “nova” forma de produzir.

Apesar dos motivos que fundamentam o esforço governamental em implantar esse novo padrão produtivo, quais sejam: “liberação de mão de obra a ser utilizada no setor industrial, sem diminuir a quantidade produzida de alimentos; a criação de mercado para os produtos da indústria; expansão das exportações; e, financiamento de parte de capitalização da economia” (Delgado, 2005, p. 4), o fato é que a criação do assentamento demonstra que tais políticas não atingiram o resultado almejado.

Desde o início, Itamarati foi concebida para funcionar como modelo de produção agrícola em larga escala. Para tanto, além do apoio financeiro do Estado, buscou em órgãos de pesquisa como universidades e Embrapa o suporte necessário à concretização de seu projeto. Além da produção agrícola, ainda ganhou destaque pelas pesquisas realizadas, em especial, no desenvolvimento de novas variedades mais adaptadas às condições do cerrado brasileiro (Terra, 2009).

Em função do alto índice de endividamento a fazenda foi entregue ao Banco Itaú, através de sua subsidiária Tajhyre S/A que, depois de fracassadas tentativas em negociá-la no mercado, a vendeu ao Governo Federal que, por sua vez, a destinou ao INCRA para fins de reforma agrária. O negócio se deu em dois momentos: a primeira parte da fazenda foi adquirida pelo valor de R\$ 27,6 milhões, onde foram assentadas 114353 famílias; a segunda parte custou aos cofres públicos a quantia de R\$ 165,354 milhões e beneficiou 1692 famílias (Terra, 2009).

Apesar de propósitos distintos, é importante destacar que, assim como a Itamarati se propôs a tornar modelo, o projeto de assentamento também assim o fez. Nas palavras de Andrade et al. (2010, p.02) “nele encontra-se toda a diversidade de uma ocupação e os problemas econômicos e sociais fruto de um modelo de reforma agrária que fracassou em atender ao audacioso plano elaborado”.

3.3 Assentamento Caracol, Bela Vista, Mato Grosso do Sul

O Assentamento Caracol, no município de Bela Vista, Mato Grosso do Sul, foi criado em 11 de agosto em 1998. Apresenta uma área total de 6.326,58 hectares em lotes, exceto estradas, corpos d’água e estradas, distribuídos em 152 lotes com uma média de aproximadamente 41,62 há cada um. Deste total, 1.655,24 ha são de reserva preservada (Incrá, 2018). O acesso é realizado pela MS-472, que divide os assentamentos Nery Ramos Volpato e Caracol pelo rio Piripucu (Mari et al., 2017).

Grandes dificuldades desafiam a permanência dos assentados nos seus lotes, em que os produtores do assentamento se sustentam pela pesca no rio Piripucu e complementam a renda trabalhando em fazendas vizinhas, e outros vivem do arrendamento. Alguns produtores têm produção de gado, porco e carneiro, no entanto, o solo é muito raso na maioria dos lotes e o capim é o único que nasce contornando as rochas (Biscola et al., 2018).

A forma individualista de produção opera sobre o fato do assentamento não se desenvolver economicamente. Logo após a implantação desse modelo de assentamento, o principal objetivo dos assentados era aproveitamento da terra como produção de subsistência e comercialização do excedente de produção. O primeiro obstáculo do produtor foi a informação e o conhecimento sobre o solo, análise do solo, qual tipo de cultura é propícia para o solo e como trabalhar os projetos financeiros onde a ausência do Estado com assistência técnica engessou a produção.

Esforços coletivos na produção seriam de fundamental importância, pois, tornaria o assentamento mais eficaz no que diz respeito a produtividade, articulação política interna em relação as suas demandas para seus interesses produtivos, sustentabilidade e comerciais.

3.4 Assentamento Conquista da Fronteira, Dionísio Cerqueira-SC

O Assentamento Conquista na Fronteira, ao longo da sua história de luta, no Município de Dionísio Cerqueira (SC) tem desenvolvido uma experiência de organização territorial do seu espaço local a partir de uma concepção de trabalho no coletivo. Ou seja, o assentamento é baseado na propriedade coletiva da terra e dos meios de produção, organização e realização do trabalho, planejamento conjunto do território e da produção de alimentos para famílias assentadas e para comercialização, bem como na propriedade coletiva de investimentos, dívidas e excedentes (Cooperunião, 2016).

Os processos de coletivização da terra e os meios de produção são gestados pela necessidade de sobrevivência de famílias. Uma vez assentadas, as famílias lutam e trabalham em conjunto para alcançar uma produção diversificada de alimentação, restaurar o equilíbrio do meio ambiente, bem como a restituição e proteção dos direitos sociais e econômicos de todos os trabalhadores rurais. Trata-se, portanto de um modelo de organização no assentamento, que ao mesmo tempo, permita resolver os problemas internos e construir respostas eficazes aos desafios externos ao assentamento (Cooperunião, 2016).

O processo de crescimento do trabalho em grupo neste assentamento teve três momentos bem definidos. O primeiro era promover a agricultura de subsistência, o mais importante era garantir alimentos de qualidade a toda a comunidade. Mais tarde, com aquela obra já consolidada, era hora de comercializar o excedente. Mais tarde, surgiu a necessidade de industrializar a produção. Isso é o que a comunidade faz por meio da cooperativa (Brunetto, 1997).

Nesse contexto, a partir de espaços, dialógicos no assentamento, foi possível, entre outras coisas, a construção de um estado de confiança, de um sentimento de acolhimento, de fazer parte de um grupo, de se sentir importante dentro do grupo, sendo que à medida que o processo avança no tempo e no espaço, são construídas ações de trabalho, que resultam no atual modelo de organização, a partir do coletivo.

4. Considerações Finais

Os assentamentos rurais no Brasil surgiram dentro de uma série de lutas sociais contra a concentração de terras e pela desapropriação para acesso de famílias interessadas na agricultura, assim como interessadas também em adquirir um pedaço de terra para sua subsistência.

A inserção da luta por reforma agrária, por vias de movimentos sociais organizados ocasionou o surgimento de espaços novos, com o objetivo de reconsiderar a apropriação territorial, de maneira que o processo de redemocratização brasileiro iniciado na década de 1980 ensejou destaque ao direito de propriedade, de forma que este tornou-se o cerne da atenção dos conflitos políticos.

Como consequência, a execução da política pública do INCRA permite apontar problemas de caráter político-institucional e outros de cunho operacional como: diferentes padrões de intermediação de interesses, excessivos aparatos burocráticos e arranjos institucionais, inadequados sistemas decisórios; permanentes mudanças na estrutura regimental; fortes

descontinuidades administrativas com sucessivas alterações no quadro de dirigentes, alargamento de suas funções, redirecionamento de seus objetivos e atividades, conflitos intraburocráticos; fragmentação institucional e isolamento.

A forma individualista de produção opera sobre o fato do assentamento não se desenvolver economicamente no sentido de enfraquecer os assentados em suas lutas pela atenção e suporte necessário do estado em seu sistema produtivo.

Na esfera operacional, de intervenção, de orientação e de assessoramento aos assentamentos rurais, tornam-se evidentes os obstáculos quanto a identificação fundiária, a obtenção e incorporação das terras, o cadastro e seleção dos beneficiários do programa, o processo de criação e implantação das unidades, e as ações estruturantes (planejamento espacial e produtivo, créditos, assistência técnica, infraestrutura etc.).

Desta feita, esforços coletivos na produção são de fundamental importância, pois, tornariam os assentamentos mais eficazes no que diz respeito a produtividade e a articulação política interna em relação as suas demandas para seus interesses produtivos, sustentabilidade e comerciais.

Ademais, é possível inferir que é na relação entre Estado e assentados que se revela uma estrutura político-econômica, na qual o sucesso dos assentamentos e da produção dos mesmos atende apenas aos interesses da classe dominante.

Por fim, pesquisas futuras sobre esta temática serão necessárias no intuito de abordar as questões arremetidas no presente estudo, a partir de estudos amostrais, fazendo uso de dados primários para melhor detalhamento do contexto aqui mencionado, ao mesmo tempo em que consideram fatores geopolíticos e socioeconômicos externos que podem influenciar as características gerais do sistema da luta pela terra, sobretudo a obtenção de uma melhor compreensão das políticas agrárias e suas implicações.

Referências

- Abramo, H. W. (1997). Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil. *Revista Brasileira de Educação*, (5), 25-36.
- Andrade, E. S., Dresch, L. O., Tredezini, C. A. O., Bitencourt, M. B., & Pereira, R. C. (2010). A crise do sistema sócio proprietário de produção nas unidades I e II do Assentamento Itamarati em Ponta Porã/ MS. In: *45º Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural-SOBER*, Campo Grande. Anais, Campo Grande.
- Baquero, R. V. A. (2006). Empoderamento: questões conceituais e metodológicas. *Revista do Desenvolvimento Regional*. 11(2), 77-93.
- Bardin, L. (2009). *Análise de Conteúdo*. Edições 70, LDA.
- Biscola, I. S., Mallmann, V., Aragão, L. W. R., Fernandes, S. S. L. & Fernandes, T. C. L. (2018). Relatos da Situação Econômica e Ambiental dos Agricultores do Assentamento Caracol, Município de Bela Vista, MS após 20 Anos de sua Criação. *Cadernos de Agroecologia*, 13(2), 1-7.
- Bittencourt, A. G. (2021). Principais fatores que afetam o desenvolvimento dos assentamentos de reforma agrária no Brasil. In: Guanziroli, C. (coord.). *Projeto de Cooperação Técnica INCRA/FAO*. Brasília, 2008. http://www.deser.org.br/pub_read.asp?id=67.
- Brunetto, I. S. (1997). Planejamento Conservacionista no Assentamento Tracutinga (Dionísio Cerqueira-SC). 200 fl. *Dissertação* (Mestrado em Geografia). i. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.
- Campos, A. C. V. (2014). Empoderamento e qualidade de vida de adolescentes trabalhadores assistidos por uma entidade filantrópica de apoio ao adolescente. *Saúde e sociedade*, 23(1).
- Cooperunião. (2016). Regimento Interno da Cooperativa de Produção Agropecuária União do Oeste. Dionísio Cerqueira: Assentamento Conquista na Fronteira.
- Daniel, O. (2008). Avaliação do uso da terra por meio de imagens Ikonos: o caso do Assentamento Fazenda Nova da Lagoa Grande, MS. *Revista Brasileira de Agroecologia*, (3), 1-5.
- Delgado, G. C. (2005). A questão agrária no Brasil, 1950-2003. *Questão social e políticas sociais no Brasil contemporâneo*. Brasília: IPEA. http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/Cap_2-10.pdf.
- Incrá. (2018). Informações gerais sobre os assentamentos da Reforma Agrária. <http://painel.incrá.gov.br/sistemas/index>.
- Mari, C. L., Tavares, P. D. V. B. & Fonseca, V. M. (2017). Alimentos, saberes e educação para o “bem viver”: os camponeses um passo adiante. *Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental*, 34(3), 37-54.
- Barbosa, V. X. (2023). A luta pela reforma agrária no Brasil: uma análise do papel do movimento dos trabalhadores rurais sem-terra (MST). <https://repositorio.pucgoias.edu.br/jspui/handle/123456789/7101>

- Marx, K. (2013). O Capital - Livro I – crítica da economia política: O processo de produção do capital. *Boitempo*, 894p.
- Marx, K. & Engels, F. (2008). Manifesto do Partido Comunista. São Paulo: *Expressão Popular*, 66p.
- Menegat, A. S. (2009). No coração do Pantanal: assentados na lama e na areia. As contradições entre os projetos do estado e dos assentados no assentamento Taquaral, MS. UEMS, 196 p.
- Novaes, R. (2012). As Juventudes e a luta por direitos. *Le Monde Diplomatique*, Brasil. <https://diplomatique.org.br/as-juventudes-e-a-luta-por-direitos/>.
- Pascoal, M., Honorato, E. C. & Albuquerque, F. A. (2008). O orientador educacional no Brasil. *Educação em Revista*, (47), 101-120.
- Prodanov, C. C. & Freitas, E. C. (2013). Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. (2a ed.). Editora *Feevale*.
- Terra, A. (2009). Reforma agrária por conveniência e/ou por pressão? Assentamento Itamarati em Ponta Porã–MS: o pivô da questão. *Universidade Estadual Paulista*. <http://repositorio.unesp.br/handle/11449/105023>.
- Urchei, M. A., Rodrigues, J. D. & Stone, L. F. (2000). Análise de crescimento de duas cultivares de feijoeiro sob irrigação, em plantio direto e preparo convencional. *Pesquisa Agropecuária Brasileira*, Brasília, 35(3), 497-506.